

Ao

Município de Lavras do Sul

Pregão Eletrônico 29/2025

Objeto: Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), Uniformes e Equipamentos para a Defesa Civil, para os servidores públicos da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fundação Médio Hospitalar Dr. Honor Teixeira da Costa.

IMPUGNAÇÃO

A empresa EPINET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ 14.984.352/0001-33, sediada à Rua Barão de Cascalho 500, Centro, sala A, CEP: 13480-770 Caixa Postal 3035, LIMEIRA-SP, empresa que possui interesse em participar do Pregão Eletrônico nº **29/2025** e de acordo com os fundamentos que constam em edital no item 15.1, em que estipulam o prazo de 3 dias úteis anteriores a licitação para apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital, findando esse período no dia 22.09.2025, estando portanto a presente **IMPUGNAÇÃO TEMPESTIVA**, devendo a mesma ser julgada procedente pelos motivos relevantes que serão demonstrados a seguir:

O termo de referência do mencionado edital descreve o item 84, da seguinte forma:



84.	CONE DE SINALIZAÇÃO. Material / Composição Polietileno semiflexível. Base de PVC. Peso e dimensões (aprox.) Peso: 4,5 kg. Altura: 75cm (750 mm) Base: 47 cm (470 mm) x 40 cm (400 mm) Espessura Base: 45 mm	880, sendo: Educação: 150 Ass. Social: 10 SMOT: 150 SMS: 100 Turismo: 200 FHHTC: 20	UN	R\$ 48,16	R\$ 42.380,80
-----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-----------	---------------

Imagem nº 01 – retirado da página 48 - TERMO DE REFERÊNCIA

I – DO VALOR INEXEQUÍVEL COMO VALOR REFERENCIAL DO ITEM 84:

O ponto crucial, seria o baixo valor para fornecimento de um produto identificado como cone de sinalização com base pesada (**valor referencial disposto é de R\$ 48,16**), esse produto tem diretrizes e requisitos que devem ser atendidos, fora as especificações para sua produção, o que gera um custo elevado, que pelo valor unitário sugerido pelo referido edital, nos leva a crer que por um possível erro foi cotado e ofertado valor de item diverso aquele licitado pelo referido órgão.

Ademais, entramos em contato com algumas empresas que efetuam a fabricação e comercialização de produtos do cone de sinalização com base pesada para que seja possível o Nobre Pregoeiro identificar que houve falha nas apurações dos valores, podendo ser em razão de cotarem produto divergente do descritivo, como podemos identificar abaixo:



Novo | +25 vendidos



Cone Pvc Rigido 75cm Base Movel PI4060 Plastcor

~~R\$ 82,99~~
R\$ 53⁰⁶ 35% OFF
~~R\$ 52,3~~

[Ver os meios de pagamento](#)

Cor: Laranja



O que você precisa saber sobre este produto

- Unidades por kit: 1.
- Formato de venda: Unidade.
- Material da base: plástico.
- Com fitas refletivas.
- Quantidade de fitas refletivas: 2.
- Altura: 75cm

Imagem 02: link: https://www.mercadolivre.com.br/cone-pvc-rigido-75cm-base-movel-pl4060-plastcor/p/MLB39666702#polycard_client=search-nordic&search_layout=grid&position=6&type=product&tracking_id=4177dbfb-49d9-4f5e-a055-2637ad66cd83&wid=MLB5652589362&sid=search

EPINET

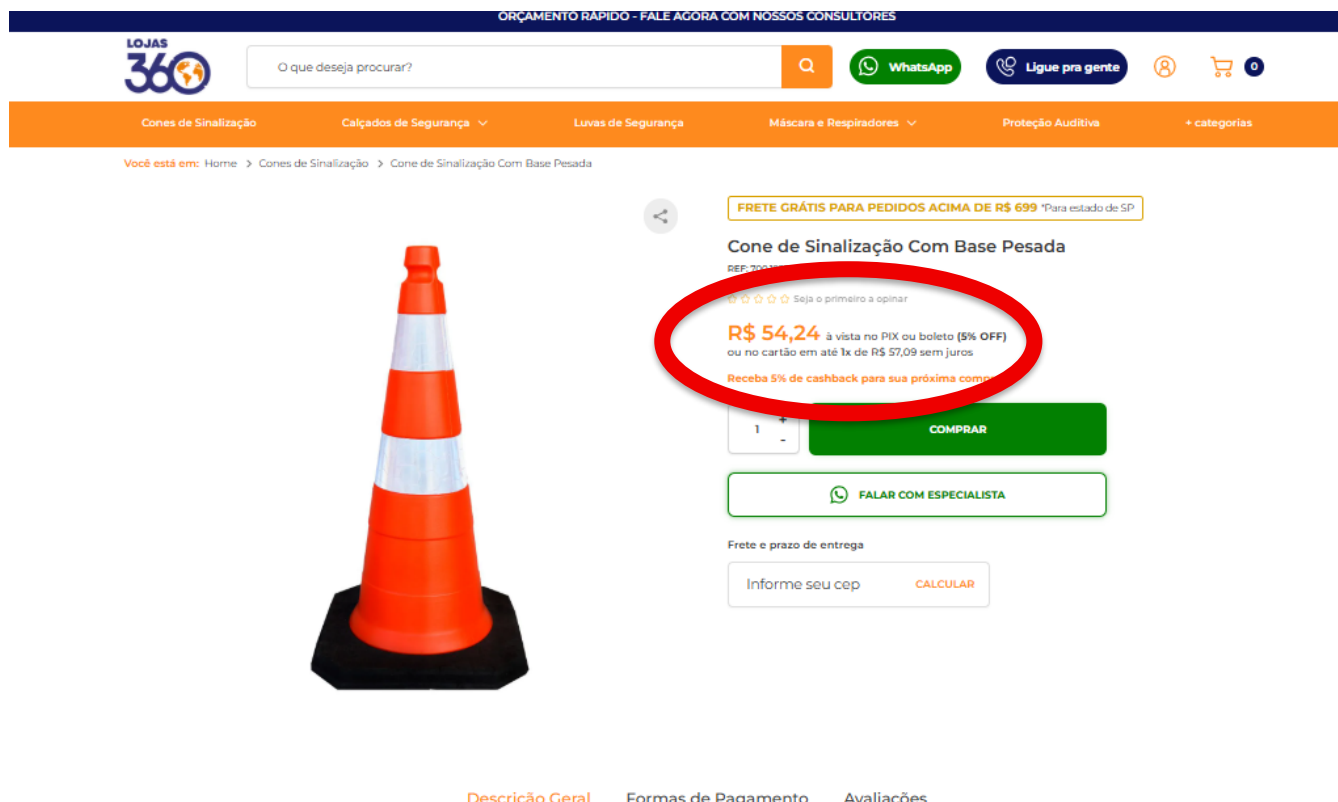


Imagem 03: link: https://www.lojas360.com.br/sinalizacao/cone-de-sinalizacao-bicolor-75cm-base-sapata?srsId=AfmBOoqSQmghwrN_yPipUdI-QGjo0xDH6JQiO4iz2TdZgV8fZFLf9kHk

Por todos esses retornos de cotações em locais diversos de fabricação, já identificamos que o valor referencial já está muito abaixo aquele comercializado em mercado, ainda assim, levando em consideração que ainda há todo o encargo de tributos, taxas e transportes, **o valor referencial disposto pela Administração ao produto indicado se torna inexecutável.**

II – DO DIREITO

A exigência de que o valor estimado em edital seja exequível decorre do dever de planejamento e da busca pela contratação mais vantajosa,

conforme o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e do princípio da eficiência administrativa.

Além disso, o art. 6º, inciso XX, da mesma lei define valor estimado da contratação como aquele apurado mediante pesquisa de preços conforme critérios técnicos confiáveis, devendo refletir a realidade de mercado.

Art. 6º, XX – “valor estimado da contratação: [...] apurado mediante metodologia adequada de levantamento de mercado, devendo refletir o valor real praticado [...]”.

Art. 23 – “O valor estimado da contratação deverá ser obtido a partir de critérios técnicos e pesquisas consistentes”.

TCU – Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário:

“A fixação de valor inexecutável compromete a competitividade do certame e a execução contratual, sendo dever da Administração rever os preços estimados.”

Art. 5º, inciso XXXV, da CF/88: garante o direito de petição para defesa de direitos, inclusive para questionamento de edital, e ainda estabelece a necessidade de atendimento aos princípios da legalidade, razoabilidade, economicidade e isonomia: cláusulas que estabelecem preços irrealistas violam os princípios licitatórios constitucionais (art. 37, caput, CF/88).

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Nos termos do **art. 37, caput, da Constituição Federal**, a Administração Pública está vinculada ao princípio da **legalidade**, o qual impõe

que todos os atos administrativos – inclusive os praticados no âmbito das licitações – devem estrita obediência à legislação vigente.

Art. 37, CF/88: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

No mesmo sentido, o **art. 5º, inciso II, da Constituição Federal** dispõe que:

“Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”

Assim, qualquer cláusula ou condição inserida em edital que **afronte a legislação pertinente, especialmente a Lei nº 14.133/2021**, caracteriza violação ao princípio da legalidade, autorizando a impugnação do ato administrativo por meio de pedido de revisão ou correção.

Nos casos em que o edital impõe requisitos excessivos, inexecutáveis, omissos ou restritivos sem base legal ou técnica adequada, **compromete-se a validade do certame**, sendo indispensável a sua retificação ou anulação parcial, sob pena de nulidade e prejuízo à isonomia e à economicidade.

DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

O **princípio da razoabilidade** impõe à Administração Pública o dever de **atuar com equilíbrio, lógica e adequação entre meios e fins**,

evitando imposições excessivas, desnecessárias ou injustificadas nos atos administrativos, especialmente nos procedimentos licitatórios.

Esse princípio tem fundamento no **Estado Democrático de Direito**, estando implicitamente previsto na Constituição Federal e amplamente reconhecido pela jurisprudência e pela doutrina como elemento de controle da legalidade dos atos administrativos.

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 5º**, também determina que as licitações sejam pautadas por princípios que assegurem **isonomia, legalidade, vantajosidade, eficiência e julgamento objetivo**, todos dependentes da razoabilidade dos critérios adotados.

Art. 5º, caput, Lei 14.133/2021:

“Na aplicação desta Lei serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, [...] e razoabilidade.”

Assim, **exigências que excedem o necessário, que criam ônus desproporcional aos licitantes ou que tornam o objeto inexecutável** violam o princípio da razoabilidade e devem ser **retificadas por meio da revisão do edital**.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** reforça esse entendimento:

TCU – Acórdão nº 1921/2014 – Plenário:

“As exigências editalícias devem ser adequadas, proporcionais e justificadas, de modo a garantir a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.”

DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E ECONOMICIDADE

A **atividade licitatória** deve observar de forma estrita os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da **isonomia e economicidade**, expressamente previstos na **Constituição Federal (art. 37, caput)** e na **Lei nº 14.133/2021**.

O princípio da isonomia, estabelece que **todos os licitantes devem ter igualdade de condições para participar do certame**, vedando a adoção de cláusulas restritivas ou favorecimento indireto de fornecedores.

Art. 5º, I, da Lei nº 14.133/2021:

“Na aplicação desta Lei serão observados os princípios da:
I – isonomia;”

Assim, qualquer disposição que **crie vantagens indevidas ou barreiras artificiais de entrada** viola diretamente esse princípio e compromete a lisura do processo.

Já o princípio da economicidade, impõe à Administração o dever de **buscar a melhor relação custo-benefício possível**, levando em conta **preço, qualidade, durabilidade, e riscos contratuais**.

Art. 11, I e III, da Lei nº 14.133/2021:

“As contratações públicas serão precedidas de planejamento e julgamento objetivo e observarão os princípios:

I – da seleção da proposta apta a gerar o resultado de melhor eficiência;

III – da economicidade;”

A fixação de um **valor de referência incompatível com os preços praticados no mercado** ou a **ausência de justificativa técnica para o preço estimado** compromete a economicidade da contratação, podendo gerar **risco de inexecução contratual ou prejuízo ao erário público**.

V – DOS PEDIDOS

Sendo assim, pleiteamos que:

- 1- Por fim, seja redefinido o descritivo do ITEM 84, para que dessa forma o referido órgão possa efetuar as **alterações necessárias para que o produto esteja em conformidade com os padrões e características estipuladas,** retirando desse modo solicitações que CONTRADIZEM as mesmas, como a solicitação de **"VALOR INEXEQUIVEL"** sem nenhuma justificativa plausível para isso.
- 2- **A imediata revisão do valor estimado ou de referência constante no edital,** com base na comprovação de que este se mostra inexecuível para os parâmetros técnicos, logísticos, de personalização e de fornecimento exigidos, comprometendo a viabilidade da contratação;
- 3- **A republicação do edital com novo valor de referência atualizado,** compatível com os preços de mercado e com a complexidade das exigências contratuais, conforme determina o art. 6º, inciso XX e art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- 4- Alternativamente, **a suspensão do certame até que haja manifestação fundamentada da Administração,** que demonstre a exequibilidade do valor estimado frente aos custos técnicos envolvidos;

- 5- Por fim, que seja garantida a fiel observância aos princípios da **vantajosidade da contratação, planejamento, legalidade, competitividade e isonomia**, previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Constituição Federal, com o adequado saneamento do edital.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Limeira, 22 de setembro de 2025.

MATEUS
RODRIGUES
PEREIRA:4230854
9866

Assinado de forma digital
por MATEUS RODRIGUES
PEREIRA:42308549866
Dados: 2025.09.22
20:01:28 -03'00'

Mateus Rodrigues Pereira
Diretor/Proprietário
RG: 49.790.958-3 CPF: 423.085.498-66

EPINET



ComLic Lavras do Sul <comliclavrasdosul@gmail.com>

Pesquisa de Preços – Adequação de Proposta1 mensagem

Irineu Munhós <irineutec.seg.prefeitalavras@hotmail.com>

23 de setembro de 2025 às 11:10

Para: "comliclavrasdosul@gmail.com" <comliclavrasdosul@gmail.com>

Prezados,

Informamos que a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 23, Inciso II**, que regulamenta os procedimentos para contratações públicas.

Dessa forma, solicitamos que a empresa **ajuste o valor de sua proposta** de acordo com os parâmetros estabelecidos ou, caso não seja possível, **abstenha-se de ofertar lance**.

Irineu dos Santos Munhós
Técnico em Segurança do Trabalho
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul